



Índice

- 01** [David Beckham visita comunidade indígena durante passagem pelo Brasil](#)
- 02** [Tsitsina Xavante participa da 58ª Sessão da Comissão de Condição Jurídica e Social da Mulher/CSW na ONU](#)
- 03** [O escândalo do licenciamento ambiental das hidrelétricas no rio Tapajós \(Parte 1\), por Telma Monteiro](#)
- 04** [Incrá faz relatório antropológico sobre área quilombola](#)
- 05** [Tanabi pode contratar atacante indígena para ser companheiro de Cabañas](#)
- 06** [FEMA reúne Lideranças Indígenas para discutirem sobre o X JOPOIN](#)
- 07** [Vale marca nova reunião com lideranças indígenas e protesto em ferrovia é paralisado](#)
- 08** [Liberdade de índios Tenharim deve ser decidida até a próxima segunda-feira \(28\)](#)
- 09** [Acordo com Peru irá proteger povos indígenas isolados](#)
- 10** [Estúdio ESA realiza aulas de Direito Militar, Indígena e Previdenciário](#)
- 11** [Processo Seletivo Indígena da UFRR conclui hoje suas isenções](#)
- 12** [Emater incentiva comercialização da produção Xipaya em Altamira](#)
- 13** [Ossada humana é encontrada em aldeia indígena de Amambai](#)
- 14** [Encontro para levantar as demandas dos povos indígenas é realizado em](#)



Florianópolis

- 15** Estado brasileiro é criticado na OEA por ainda usar lei de exceção da Ditadura Militar
- 16** MPF quer suspender licença de usina por não consultar indígenas
- 17** CDHM aprova requerimento de padre ton para verificar situação de povos indígenas do AM
- 18** Cidinho aponta 'abuso' em demarcação indígena
- 19** Comandante da PM de Amambai se reúne com lideranças indígenas
- 20** Acordo restringe espaço para comércio de artesanato por indígenas em Caxias
- 21** Vereador Aguilera reivindica cobertura das quadras esportivas nas escolas Indígenas
- 22** Polícia localiza ossada humana de indígena desaparecido há quatro meses em Amambai
- 23** Parceria garante atendimento à população indígena
- 24** Governo lança licitação para construir escolas em três aldeias indígenas de MS
- 25** Vale Universidade Indígena realiza entrevistas com pré-selecionados
- 26** SEPPIR lança Edital para implementação do Sistema de Promoção da Igualdade Racial
- 27** Sancionada lei que dificulta fechamento de escolas rurais e quilombolas
- 28** Rio de Janeiro tem nova lei de cotas para negros e índios em concursos públicos
- 29** Índios libertam funcionários da Funai em aldeia em Paragominas, no PA
- 30** Morte de bebê indígena por falta de UTI é investigada pela polícia em MT

David Beckham visita comunidade indígena durante passagem pelo Brasil

SÍTIO REVISTA QUEM, 27.03.2014

Ex-jogador, que esteve este mês no país, visitou tribo Yanomami como parte de documentário



David Beckham e o índio Davi Kopenawa (Foto: Nenzinho Soares/Survival International)

David Beckham, que desembarcou no Brasil no dia 5 e retornou à Inglaterra 12 dias depois, parece ter feito muito mais do que os fãs imaginaram. Além de ter visitado São Paulo e Rio de Janeiro, o bonitão que fez sucesso nos gramados ainda esteve na floresta amazônica para visitar uma tribo de índios Yanomami.

O encontro, registrado pelo fotógrafo Nenzinho Soares, da ONG Survival International, que protege os direitos dos índios em um trabalho mundial, contou ainda com Dave Gardner, um amigo de longa data de Beckham.

A dupla posou para fotos com o índio Davi Kopenawa, conhecido como "o Dalai Lama das florestas tropicais". O encontro faz parte de um novo documentário para a TV, em que David e Dave mostrarão o isolamento e problemas da tribo de índios, cada vez mais escassa no Brasil.

Davi, além de xamã e porta-voz dos Yanomami, também é autor do livro *A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami*, que relata a situação de sua tribo.



Tsitsina Xavante participa da 58ª Sessão da Comissão de Condição Jurídica e Social da Mulher/CSW na ONU

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.03.2014

Samantha Ro'otsitsina de C. Juruna (Tsitsina Xavante), da Aldeia Namunkurá – Terra Indígena São Marcos, Mato Grosso, bacia Amazônica, bioma cerrado, participou da 58ª sessão da Comissão de Condição Jurídica e Social da Mulher/CSW, na sede das Nações Unidas ONU em Nova York, EUA, entre os dias 10 a 21 de março, onde foi abordado o tema “Desafios e avanços na aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio para mulheres e meninas”, e paralelamente as mulheres indígenas puderam demonstrar os desafios e avanços relacionados ao tema da conferência.

A indígena brasileira foi uma das 10 selecionadas pelo Fórum Internacional de Mulheres Indígenas/FIMI com apoio da ONU MULHER através da bolsa “Yvone Herbert”, da qual foi realizada uma convocação de jovens e mulheres indígenas das 07 regiões de atuação da ONU, da qual ela foi informada por mensagens compartilhadas nas redes sociais e email sobre a seleção.

A Xavante é membro da Comissão Nacional de Juventude Indígena/CNJI e é uma das organizadoras da Rede de Juventude Indígena/REJUIND, ferramenta criada pelos jovens para facilitar a comunicação pela internet e divulgação dos assuntos relacionados aos jovens indígenas.

Quanto à questão da mulher indígena brasileira, Tsitsina disse que houve muitos avanços ao passo que a sociedade debate os seus direitos e amplia o acesso à informação, e destaca que há muito a melhorar, pois “as agressões a nós mulheres, em toda nossa geração (meninas, juventude e anciãs) está ocorrendo em toda extensão do território brasileiro – violências físicas, psicológicas, verbais, abuso e exploração infantil também ocorrem”.

Conforme Tsitsina, a conferência foi importante para se obter o entendimento de que todos os povos que possuem o pensamento de que “Violentar uma menina e mulher indígena é violentar os direitos dos povos indígenas” estão abertos a melhores ações para proteção aos direitos dos povos e que seria importante que os órgãos nacionais apoiassem as mulheres indígenas em suas representações pois elas não podem ser somente vistas, mas também ouvidas, podendo assim ter avanços e melhores perspectivas relacionados aos próximos congressos na ONU.

Veja a entrevista na íntegra:

- Você faz parte de alguma organização?

Faço parte de organização não formal (jurídica). Sou membro de uma Comissão Nacional de Juventude Indígena/CNJI, criada em 2009, durante o I Seminário Nacional de Juventude Indígena em Brasília – realizada pela FUNAI. Em 2012 o II Seminário Nacional de Juventude

CONT.



Indígena foi realizado por membros da CNJI, e por outros jovens indígenas que acreditaram no protagonismo por nós mesmos povos indígenas, neste segundo momento foi eleita os atuais membros compostos por 10 jovens, sendo 2 por região do Brasil. Compus esses dois momentos, o nosso objetivo não é representar as juventudes indígenas nos diversos espaços, e sim contribuir para a mobilização e articulação em prol dos direitos dos povos indígenas da juventude – compartilhando experiências e ações, para que cada um/povo possa através de intercâmbios seja via rede social ou presencial adquiere e amplie possibilidades melhores prol juventude indígena.

No mesmo ano de 2009, criamos a Rede de Juventude Indígena/REJUIND, como meio/ferramenta de está facilitando a comunicação através da internet, até então éramos somente um google groups (gmail) – com o objetivo de apontar as ações/iniciativas da juventude prol direitos dos povos indígenas, bem como assuntos relacionados aos povos indígenas. Um grupo voltado para juventude indígena.

Mas como as redes sociais foram tomando espaço, criamos um grupo aberto com o mesmo nome no facebook, em menos de 1 ano tínhamos mais de 1000 membros. Porém isso levava tempo na questão de aceitação do grupo(olhar o perfil para saber se realmente a pessoa tem pensamentos/ações em comuns com o objetivo do grupo). Diferente do google groups o grupo/facebook visava ampliar discussões com os não indígenas, aqueles que apoiam a causa. Diante desse tempo de ocupação aos moderadores do grupo, criamos a página de comunidade com o mesmo nome, facilitando alimentar a página, com informações, cabendo a cada interessado (a) ao tema curtir a página. (isso está recente janeiro/2014).

Bem agora sim, diante desse breve relato, posso dizer que faço parte de duas mobilizações de juventude indígena, CNJI como membro região centro oeste, e REJUIND como uma das moderadoras, pois temos uma rede de juventude além da REJUIND, que são as mobilizações locais, que enviam informes, fotos, sociabilizam atuação da juventude, e assim podemos postar diretamente citando-as, ou compartilhando temas de interesse para juventude indígena nos aspectos políticos/direitos.

Através dessa atuação na REJUIND, conseguimos ampliar as redes de juventude indígena em âmbito internacional, aumentando meios de conhecimentos sobre outras temáticas que são discutidas e oferecidas em âmbito regional (América do Sul e Caribe) e demais regiões. Tais como cursos, seminários, oficinas, encontros, bolsas – enfim de juventude para juventude, e de povos indígenas para povos indígenas[1].

- Como apareceu a oportunidade para participar do congresso na ONU?

Justamente por essas questões de ampliar a rede, através da REJUIND, e uma parte de atuação pessoal/profissional tive acesso á informação de que o Fórum Internacional de Mulheres Indígenas/FIMI com apoio da ONU MULHER através da bolsa "Yvone Herbert" estavam fazendo uma convocação de jovens e mulheres indígenas das 07 regiões de atuação da ONU, para participar da 58º sessão Comissão de Condição Jurídica e Social da Mulher.

Esta informação além de receber via email por conta de sociabilização de outros

CONT.



indígenas/organizações como Chirapaq (Perú) e grupo de Caucus de Juventude Indígena, tive acesso no próprio facebook em páginas destas organizações e outras redes, e assim também compartilhei e na REJUIND e grupos de jovens (Mato Grosso, Bahia, Pankakaru, Alto Rio Negro, Maranhão) que eu tenho contato direto, e na minha página pessoal – aproveitei e também me candidatei para seleção da bolsa, e fui uma das 10 selecionadas.

- Qual era a pauta do congresso na ONU?

A 58ª sessão Comissão de Condição Jurídica e Social da Mulher/CSW – teve como tema: “Desafios e avanços na aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio para mulheres e meninas”.

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio/ODM – Post 2015 tem como metas: Erradicação da fome; Educação Básica; Igualdade de Gênero; Redução da Mortalidade Infantil; Saúde Sexual e Reprodutiva; Combater a AIDS; Sustentabilidade Ambiental; Trabalho Decente.

- Como a questão da mulher indígena foi inserida no congresso?

Na verdade a participação de mulheres indígenas em reunião da CSW é recente, somente a 3 edições (que se tem registro), já para 58ª CSW a temática “mulher indígena” pode ser inserida em momentos oficiais da Conferência e nos eventos paralelos através de apoio FIMI, ONU MULHER, ECMIA, Rosa Luxemburgo – no qual organizações que atuam com meninas, jovens e mulheres indígenas puderam demonstrar os desafios e avanços relacionado ao tema da conferência Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – Post 2015.

Porém uma atuação que ainda é preciso ser vista como diferencial, no sentido de que nós mulheres e povos indígenas podemos sim contribuir com o tema, e trazer uma nova reflexão quando se fala das metas a ser alcançada em nível universal.

- Qual a sua visão da mulher indígena no Brasil?

Para esta questão, acredito que vem de encontro do que eu espero para o futuro, respeito por ser jovem, respeito por ser mulher, respeito por ser um povo indígena, por ser Xavante. Essa ótica me remete que temos muitos desafios em relação a equidade, igualdade e empoderamento.

No mesmo sentido, temos avanços, pois a partir do momento que temos oportunidade em discutir politicamente nossos direitos, visando amplitude, na informação e acesso, posso considerar que estamos seguindo para maiores responsabilidades. Afinal quanto mais se tem informação, mais se tem expectativas de melhoria.

Ao mesmo instante, as agressões a nós mulheres, em toda nossa geração (meninas, juventude e anciãs) está ocorrendo em toda extensão do território brasileiro – violências físicas, psicológicas, verbais, abuso e exploração infantil também ocorrem. Como atuar na minimização e erradicação desses fatores, onde muitos dos locais de tais violências estão em contexto local?

CONT.



Por isso, está na CSW com outras mulheres indígenas, acabei obtendo o seguinte pensamento sistematizando o que todas falaram se suas realidades "Violentar uma meninas e mulher indígena é violentar os direitos dos povos indígenas", um desafio diante de diversas questões culturais em nossa diversidade de povos indígenas no Brasil – alguns povos com essa esse entendimento amplo e estão abertos para melhores ações aos direitos dos povos, outros no processo de compreensão.

- Como os organismos nacionais e internacionais trabalham esta questão?

Até onde tenho conhecimento, no Brasil os organismos nacionais que atuam ou deveria atuar de forma que oportunize a promoção e empoderamento da mulher indígena, com sua participação plena e efetiva nos espaços nacionais e internacionais são: Fundação Nacional do Índio/FUNAI – ligada ao Ministério da Justiça, e Secretaria de Promoção para as Mulheres/SPM que faz parte da Presidência da República.

Que fique registrado, não estou dizendo que estes organismos não tem ações a nós mulheres indígenas, sim tem ações, que auxiliam nas atividades propostas por organizações de mulheres indígenas em diversos temas; o que estou apontando são formas de nós mulheres indígenas está nos representando por nós mesmas; ao invés de representantes de governo estarem em espaços nacionais e internacionais falando que nós mulheres indígenas temos tais e tais ações. Penso eu que poderia ser as mulheres indígenas falando "realizamos, efetuamos, tentamos fazer – com apoio de tal instituição – baseando em direitos garantidos nos marcos legais". Se isso ocorresse na maioria dos momentos, faria uma grande diferença.

Sobre os organismos internacionais, já não tenho muito conhecimento, pois foi a primeira vez que fui para um momento internacional com o tema mulher, e discutindo alguns momentos mulheres indígenas – e justamente por esta oportunidade, pude constatar que ONU MULHER, e organizações/mobilizações de mulheres indígenas internacionais já tem uma boa participação nos espaços externos, e possibilitando ampliar a participação de nós mulheres indígenas. Exemplo disso foi algumas citações de redes/organizações internacionais que sociabilizam informes e oportunidades.

- O que esperar do futuro relacionado ao tema "Mulher indígena"?

Na minha percepção diante da minha vivência e experiência em diversos espaços de discussão, muitos destes espaços estão sendo ampliados para que nós da juventude e mulheres indígenas possamos está nesse processo de aprendizado e empoderamento no que diz respeito primeiramente aos Direitos dos Povos Indígenas, seja em nível nacional ou internacional.

Diante desse fator, posso dizer eu espero para nosso futuro, o direito da voz, o direito de se manifestar, o direito a aprender, o direito de ter informação e acesso as políticas públicas em nível mais amplo, desde as nossas aldeias e em todos os espaços que percorremos.

Que o futuro possa ser mais igual no sentido de participação e empoderamento da mulher indígena, que possa ser equânime em relação as nossas contribuições nos marcos legais – de que os Estados possam respeitar os marcos já existem como "consentimento, livre, prévio e

CONT.



informado” a nós povos indígenas[2].

De que os povos indígenas possam compreender que violentar uma menina, uma criança, uma mulher indígena é violentar os povos indígenas, de que violentar um marco legal que garante a nossa proteção e promoção seja ela ambiental, territorial, social, cultural, educacional, saúde, soberania alimentar... é violentar uma mulher indígena – pois se somos mulheres indígenas, é porque somos povos indígenas.

- Quais são suas perspectivas relacionadas ao congresso na ONU e o que esperar daqui para frente?

Acredito que o congresso foi importante para os Estados perceberem de que nós mulheres indígenas somos povos indígenas, diferentemente de alguns discursos por eles proferido nos colocando como “comunidades rurais”, por este motivo vejo com desafio diversos de nossos direitos serem consolidados. O representante do Estado ali presente, ou até mesmo as pessoas/instituições que lidam com a questão de direitos devem respeitar essa nossa especificidade enquanto povos indígenas.

Por este motivo, acredito ser importante a maior participação de mulheres indígenas em congressos como este, onde tem a presença de diversos segmentos de mulheres pelo mundo, bem como Estados presentes. Devemos não somente ser vistas, mas também ouvidas, assim poderemos ter avanços e melhor perspectivas relacionado aos próximos congressos/comissões na ONU.



**O escândalo do licenciamento ambiental das hidrelétricas no rio Tapajós (Parte 1),
por Telma Monteiro**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.03.2014

Uma análise dos bastidores do processo de licenciamento das hidrelétricas planejadas no rio Tapajós.

Por Telma Monteiro

O processo de licenciamento da hidrelétrica (UHE) São Luiz do Tapajós começou no Ibama, em 25 de maio de 2009. Nesse dia, o diretor de Licenciamento Ambiental, Sebastião Custódio Pires, requisitou a abertura do processo de licenciamento da UHE São Luiz do Tapajós, no rio Tapajós, a pedido da Eletrobras. Nesse mesmo mês foi emitido o Termo de Referência (TR) para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

O projeto da UHE São Luiz do Tapajós foi planejado para operar a fio d'água, no médio Tapajós, na porção oeste do Pará. A ficha de abertura do licenciamento diz que o reservatório terá 722,25 quilômetros quadrados e ocupará parcialmente os municípios de Itaituba e Trairão. Os cálculos são grandiosos para barrar o indomável rio Tapajós. Exemplo disso é a extensão da barragem, prevista para ter 6.900 metros e 17 comportas que permitirão o escoamento de 60 mil metros cúbicos de água por segundo. Esse é um dos piores projetos hidrelétricos idealizados pelo governo federal.

É tão ruim, que apostou na ignorância dos leigos em matéria de projetos hidrelétricos, principalmente nos rios amazônicos. Corredeiras e cachoeiras do trecho de São Luiz do Tapajós podem desaparecer com a vazão reduzida inventada pela Eletrobras.

Quando o projeto foi proposto, ainda não se falava em "usina plataforma" eufemismo só inventado como cortina de fumaça para disfarçar a monstruosidade planejada. Os brados em defesa do rio Tapajós e seus povos ecoou pela Amazônia com a rapidez de um raio. O Ministério de Minas e Energia, então, resolveu criar e com isso deu vida a um conceito – usina plataforma – que é um desafio à inteligência dos comuns dos mortais.

Para gerar 6.133 MW estão previstas duas casas de força e 33 turbinas tipo bulbo. As mesmas que estão sendo testadas no rio Madeira, nas usinas Santo Antônio e Jirau, e que podem estar causando aquela catástrofe. É nesse trecho do rio que está situada a comunidade Pimental e onde se encontram as famosas corredeiras e cachoeiras. Para alimentar a casa de força principal, na margem direita, a jusante (depois, rio abaixo) das cachoeiras, foi planejado um canal de desvio das águas, com cerca de 10 quilômetros. As águas do Tapajós que embelezam as corredeiras e cachoeiras serão reduzidas. Quem não ouviu o caso do desvio das águas do rio Xingu, no trecho da Volta Grande do Xingu, para alimentar a casa de força principal de Belo Monte? Ou outro desvio de águas do salto de Dardanelos, no rio Aripuanã, para o mesmo fim?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

A Volta Grande do Xingu vai praticamente secar e o salto de Dardanelos perdeu sua majestade. O projeto de desviar as águas das corredeiras de São Luiz do Tapajós ainda é uma incógnita. Apesar do processo de licenciamento ter iniciado, a Eletronorte não definiu quantos metros cúbicos serão necessários desviar das águas do rio Tapajós que passam pelas cachoeiras, para alimentar a casa de força principal. No entanto, a Eletronorte tem o cálculo do número de turbinas necessárias para gerar os 6.133 MW.

Em setembro de 2009, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) identificou que todos os projetos hidrelétricos que constam nos Estudos de Inventário dos rios Tapajós e Jamanxim – UHEs São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jamanxim, Cachoeira dos Patos e Cachoeira do Caí – previam que os respectivos reservatórios inundariam áreas dentro dos limites de Unidades de Conservação de Proteção Integral. O ICMBIO, então manifestou-se contrário à abertura do processo de licenciamento, sob pena de infringir a lei.

Diante da explícita discordância do ICMBIO, o diretor de licenciamento ambiental do Ibama, Sebastião Custódio Pires, não teve outra alternativa senão a de não emitir o TR que orientaria os estudos ambientais das usinas do Tapajós. Até então, a abertura dos processos das cinco usinas já tinha sido solicitada e tudo indicava que a estratégia do governo era conseguir um TR único.

Apenas em maio de 2010 a Eletrobras solicitou a retomada do processo de licenciamento de todas as usinas, respaldada no Decreto nº 7.154 de 09 de abril de 2010, assinado pelo então presidente Lula. O tal decreto, nitidamente, parecia “encomendado” para se “encaixar” na situação do licenciamento das usinas do Tapajós. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) encaminhou a solicitação ao ICMBIO baseado em “um fato legal novo”.

Decreto 7.154 de 9 de abril de 2010

Publicado no DOU de 12 de abril de 2010

Sistematiza e regulamenta a atuação de órgãos públicos federais, estabelecendo procedimentos a serem observados para autorizar e realizar estudos de aproveitamentos de potenciais de energia hidráulica e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no interior de unidades de conservação bem como para autorizar a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.

Brasília, 9 de abril de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO DA LULA DA SILVA

Márcio Pereira Zimmermann

Paulo Bernardo Silva

Izabella Mônica Vieira Teixeira

O ICMBIO, no entanto, não aceitou a interpretação dada ao Decreto pela Eletrobras. Na verdade, ele não autorizava os órgãos ambientais a concederem o licenciamento ambiental de usinas em unidades de conservação, apenas regulamentava os estudos de aproveitamento de

CONT.



potenciais de energia em áreas protegidas. Em março de 2011, os processos das cinco hidrelétricas foram oficialmente encerrados.

Depois desse episódio, governo federal, Ministério de Minas e Energia (MME) e Eletrobras, precisaram de um bom tempo para armar outra estratégia para viabilizar os projetos do Tapajós. A grande ideia viria somente em 2012, com a Medida Provisória (MP) nº 558, assinada por Dilma Rousseff.

A escandalosa MP publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 06 de janeiro de 2012, pegou a sociedade de surpresa. Dilma Rousseff simplesmente alterou as configurações das UCs federais para fazer “caber” os reservatórios dos projetos hidrelétricos do Tapajós. Dilma Rousseff ficará na história como a presidente que mudou o destino do rio Tapajós, da biodiversidade da região, das suas comunidades tradicionais e dos seus povos indígenas.

Não foi preciso esperar muito. Na semana seguinte, em 11 de janeiro, a Eletrobras entrou com o pedido de nova abertura do processo de licenciamento, desta vez, apenas para a UHE São Luiz do Tapajós. Anexou, também, uma minuta do TR de sua autoria, numa tentativa de definir o EIA/RIMA como melhor lhe convinha. Tem início aí um verdadeiro “licenciamento express”.

Continua na Parte 2, com as alterações do Termo de Referência, as manifestações dos Munduruku, o posicionamento do Ibama, os conflitos na comunidade Pimental.



Incra faz relatório antropológico sobre área quilombola

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.03.2014

Documento feito por antropólogas recém-concursadas compõe processo de regularização da comunidade quilombola Baú, em Araçuaí (MG)

Depois de contratar seis antropólogas por concurso público, em 2013, o Incra/MG inicia, na segunda-feira (31), o primeiro laudo antropológico a ser realizado pela própria autarquia. O documento é parte do processo de regularização da comunidade quilombola Baú, em Araçuaí (MG).

Até contratar os novos servidores, os laudos eram elaborados apenas por universidades e empresas contratadas. Agora são sete antropólogas concursadas na regional de Minas Gerais.

Com o fortalecimento da equipe, a autarquia decidiu elaborar os relatórios que antes eram apenas fiscalizados durante a confecção pelas empresas e entidades parceiras.

Entre os dias 19 e 21 de março, uma equipe do serviço de regularização fundiária de comunidades quilombolas do Incra/MG esteve reunida com membros na comunidade Baú para explicar as etapas de desenvolvimento do trabalho. Nesta segunda (24), o Incra/MG iniciou o levantamento etnográfico para embasar o estudo.

O laudo antropológico é uma das peças que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Somam-se a ele o levantamento fundiário; a planta e memorial descritivo; o cadastramento das famílias; o levantamento de sobreposição de áreas; e o parecer conclusivo.

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Tanabi pode contratar atacante indígena para ser companheiro de Cabañas
SÍTIO REGIÃO NOROESTE, 27.03.2014

A diretoria do Tanabi tem um alvo para ser o companheiro de ataque do paraguaio Cabañas na disputa da Segunda Divisão do Campeonato Paulista deste ano. Os dirigentes iniciaram as negociações para a contratação de Aru, principal destaque do Gavião Kyikatejê, time formado por uma comunidade indígena, do Pará.

As negociações estão bem adiantadas e devem ser fechadas apenas após o final do Campeonato Paraense. O atacante chegaria por empréstimo para a disputa da Segundona. Além disto, existirá uma cláusula que libera o jogador caso surja uma proposta melhor. O Sampaio Correa chegou a sondar o atleta para a disputa da Série B.

Com 27 anos, o atacante é o principal destaque do Gavião, que faz sua estreia na elite do Campeonato Paraense. Ele anotou dez gols durante a temporada e chamou atenção. A marca registrada do atacante é entrar em campo com a cara pintada de vermelho e preto, cores de sua tribo.

Para acertar a contratação do atacante, o presidente do Tanabi, Irineu Alves, viajou até o Pará para encaminhar o acordo. A principal dificuldade é o acerto salarial. Os dirigentes do time paulista tentarão fazer com que o time indígena pague parte dos salários.

A estratégia de contratar jogadores para chamar atenção da imprensa do Tanabi vem de longa data. O Tanabi ficou conhecido nos últimos anos por tirar craques antigos da aposentadoria ou contratá-los em final de carreira. O primeiro aconteceu em 2012, quando anunciou o irreverente Túlio Maravilha. O artilheiro chegou com sua incansável missão, que enfim foi conquistada, em chegar aos mil gols.

Pelo Tanabi, Túlio chegou a vestir a camisa em cinco ou seis oportunidades, marcando oito gols. O atacante mostrou seu faro de gol, mas os torcedores não tiveram muitas chances de ver o craque em campo, pois logo depois acabou se despedindo.

Em 2013, a cartada foi dupla. Viola e Marco Antônio Boiadeiro, ambos ex-Corinthians, chegaram para tentar levar o time para o Campeonato Paulista da Série A3. O Tanabi ficou pelo caminho e os jogadores pouco atuaram.

Viola, que deixou o showbol, para vestir a camisa do Tanabi entrou em campo em apenas duas oportunidades. Ao menos, marcou um gol, este diante do Fernandópolis, em partida que terminou empatada.

Já Marco Antônio Boiadeiro, campeão brasileiro pelo Vasco da Gama, chegou com excesso de peso. O meia não tinha mais paciência para realizar os treinamentos junto a equipe e acabou

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

fazendo apenas uma partida pelo Tanabi, na vitória por 4 a 1 diante da Ilha Solteira, onde o grande destaque foi o próprio Viola. Além deles, o clube chegou a fechar também, na época, com o irmão do lutador de UFC, Anderson Silva.



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

FEMA reúne Lideranças Indígenas para discutirem sobre o X JOPOIN

SÍTIO PANTANAL NEWS, 27.03.2014

Nesta quinta-feira (27), estiveram reunidos na sede da FEMA (Fundação de Esportes do Município de Aquidauana) as lideranças indígenas das aldeias de Aquidauana, juntamente com o professor Ademir Brites, diretor de Esportes Comunitário e Indígena e o coordenador de Assuntos Indígena, Tico Lipu.

O tema da reunião foi o Regulamento Geral dos Jogos dos Povos Indígenas e foi entregue as fichas de inscrições, que deverão ser preenchidas e entregue no Congresso Técnico, que acontecerá no dia 11 de abril às 9h, na Fundação.



Vale marca nova reunião com lideranças indígenas e protesto em ferrovia é paralisado

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 27.03.2014

Mineradora enviou um mandado de reintegração de posse para as aldeias e propôs encontro para discutir pagamento de indenização por explorar as terras indígenas

Any Cometti

A Vale enviou nesta quinta-feira (27) às aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, em Linhares (norte do Estado), um mandado de reintegração de posse da ferrovia que corta as aldeias, bem como uma proposta de reunião com as lideranças indígenas para a próxima segunda-feira (31) às 9 horas. A proposta foi acatada pelos índios que, diante da abertura de diálogo por parte da empresa, optaram por interromper os protestos até que um acordo seja firmado entre as duas partes. Os caciques, entretanto, prometem retomar a manifestação na linha férrea caso não haja acordo.

Neste acordo com a mineradora para a desocupação da linha férrea, os índios permitirão que uma equipe de vistoria visite e repare os trilhos desmontados e que um trem da empresa faça uma viagem de ida e volta às 18 horas da próxima segunda-feira.

Diferente do que afirmaram os índios nessa quarta-feira (26), a ação civil pública que exige que a Vale pague a indenização às aldeias está pronta mas, diante da abertura de diálogo por parte da mineradora, o processo ainda não foi ajuizado no Ministério Público Federal (MPF), como esclareceu o procurador da República que acompanha o caso, Almir Sanches.

A indenização requerida pelos índios é referente ao uso das terras indígenas pela estrada de ferro da Vale há 30 anos, sem qualquer tipo de compensação. Em uma reunião entre a mineradora, os índios, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o MPF, a indenização foi firmada no valor de R\$ 19 milhões, que serão empregados no Plantar, projeto de manutenção da agricultura indígena, essencial para manter viva a cultura das aldeias. Sem apoio do poder público e com os impactos gerados por décadas pelos plantios de eucalipto da Aracruz Celulose (Fibria), o desenvolvimento de projetos de agricultura é a única alternativa deixada aos índios para que garantam a subsistência das aldeias.

A ocupação à ferrovia da Vale completa nove dias nesta quinta-feira. A Vale já cancelou duas reuniões. Na primeira, por um telefonema, quando enviou, também, por mensagem SMS, uma contraproposta de R\$ 400 mil, valor irrelevante para o desenvolvimento do Plantar. Por conta disso, os índios optaram por fechar, em forma de protesto, a estrada de ferro da Vale que corta as aldeias.

Na segunda vez, a Vale desmarcou um encontro agendado para esse domingo (23), em contato feito por seus advogados ao procurador Almir Sanches. Essa reunião atendia à

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

proposta de diálogo e de desocupação da ferrovia da própria mineradora. Diante de mais uma ação desrespeitosa, os índios, que haviam desocupado a ferrovia, retomaram a ocupação.

Durante os dias de ocupação, os índios acusaram a Vale de protelar a situação e ainda ameaçar usar força policial para retirá-los dos trilhos da ferrovia. A empresa também determinou sobrevoos de helicópteros nas terras demarcadas.

Os índios reiteraram que este é um protesto pacífico e, não à toa, cessaram as ocupações em todas as vezes que a mineradora demonstrou uma abertura de diálogo.



Liberdade de índios Tenharim deve ser decidida até a próxima segunda-feira (28)

SÍTIO A CRÍTICA, 27.03.2014

Os cinco índios presos são acusados de participação nas mortes de três homens que viajavam pela rodovia Transamazônica, no Sul do Amazonas, em dezembro de 2013, ao cruzarem trecho da reserva indígena

A liberdade dos cinco índios presos suspeitos de participarem dos assassinatos de Stef Pinheiro de Souza, 43, Luciano Ferreira Freire, 30, e Aldeney Ribeiro Salvador, 40, em dezembro de 2013, em Humaitá, Sul do Amazonas, deverá ser decidida até a próxima segunda-feira (30), garante o procurador Edmilson de Costa Barreiros Júnior, do 2º ofício do Ministério Público Federal (MPF), em Manaus, que está responsável pelo caso.

Na segunda-feira é quando acaba o prazo para o MPF/AM concluir o inquérito e solicitar à Justiça Federal se converte a prisão preventiva temporária em prisão preventiva ou pede a soltura dos índios, presos há dois meses.

Procurador do MPF/AM Edmilson Barreiros

Gilvan Tenharim, Gilson Tenharim, Domiceno Tenharim, Valdinar Tenharim e Simeão Tenharim estão presos desde o dia 30 de janeiro no Centro de Ressocialização do Vale do Guaporé, em Porto Velho (RO). No dia 27 de fevereiro, os índios tiveram a prisão temporária prorrogada por mais 30 dias, prazo máximo que pode durar este regime de reclusão. Após a conclusão do inquérito, o delegado Alexandre Alves da Polícia Federal de Rondônia solicitou que os mesmos ficassem detidos em prisão preventiva.

Segundo o procurador do MPF, Edmilson Barreiros, o órgão ainda não definiu o regime de prisão para o grupo. "Encontramos erros em algumas diligências no inquérito enviado pela Polícia Federal e o enviamos de volta para correção. Só teremos alguma resposta sobre prisão ou soltura até segunda-feira", informou Barreiros. O procurador também disse que por se tratar de segredo de justiça, os erros encontrados em diligências não poderão ser divulgados à imprensa.

A reportagem tentou entrar em contato com o delegado Alexandre Alves, porém o mesmo não atendeu as ligações. Alves também não foi encontrado na delegacia em que é locado, no município de Ji-Paraná, em Rondônia.

O inquérito foi instaurado dia 19 de dezembro e logo após o delegado Alexandre Alves que assumiu o caso dia 27 de dezembro, coordenou as investigações onde mais de 100 pessoas foram ouvidas pela Polícia Federal.

CONT.



Corpos

Os corpos dos três homens foram encontrados no dia 3 de fevereiro na aldeia indígena Tenharim-Marmelos, no município de Humaitá (a 137 quilômetros de Manaus). Os homens estavam desaparecidos desde o dia 16 de dezembro quando viajavam de carro pela rodovia Transamazônica. Na ocasião, os cadáveres foram encaminhados para o Instituto Médico Legal (IML) de Porto Velho, sendo enterrados nas cidades onde vivem os parentes.

Os três corpos encontrados estavam enterrados em uma única vala e possuíam características de execução por arma de fogo. A informação foi confirmada pelo oficial que integra o Policiamento do Estado do Amazonas (CPE-AM), tenente Paulo Sérgio Cordeiro.

Prisões

As prisões dos cinco índios ocorreram durante a grande operação força-tarefa no dia 30 de janeiro, que contou com apoio de helicópteros e a presença do superintendente da PF de Rondônia, na região da aldeia Tracua, na reserva indígena Tenharim-Marmelos, em Manicoré, no Amazonas. As prisões foram o resultado de uma série de depoimentos coletados pela força-tarefa com índios Tenharim e Jiahui para elucidar o crime.



Acordo com Peru irá proteger povos indígenas isolados

SÍTIO PORTAL BRASIL, 28.03.2014

Cooperação será para a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e recém contatados que vivem nas regiões de fronteira

A Fundação Nacional do Índio formalizou, em Lima, Peru, a cooperação com o Ministério de Cultura peruano para a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e recém contatados que vivem nas regiões de fronteira entre aquele país e o Brasil.

A delegação da Funai contou com a participação da presidenta Maria Augusta Assirati, do coordenador-geral de índios isolados e recém contatados, Carlos Travassos, e do assessor para assuntos internacionais, Felipe Lucena, que dialogou com diversas autoridades peruanas sobre os principais desafios relacionados à promoção dos direitos e aos diálogos entre governos e povos indígenas de ambos os países, dentro da perspectiva da consulta livre, prévia e informada.

De acordo com a presidenta da Funai, o termo de cooperação assinado na ocasião é exemplo de como a aproximação entre as instituições indigenistas dos países em temas específicos da proteção territorial de povos indígenas pode contribuir para discussões mais amplas, relacionadas com a presença efetiva dos estados em áreas de fronteiras, o combate a ilícitos, o desenvolvimento de ações de promoção aos seus direitos, e o estabelecimento de diálogos interculturais sobre grandes projetos e investimentos econômicos que afetem suas condições e modos tradicionais de vida.

Memorando de entendimento interinstitucional sobre proteção de povos isolados e de recente contato

O referido documento consiste em um memorando de entendimento entre as instituições que formaliza a cooperação voltada ao empenho de esforços conjuntos para o desenvolvimento de ações de localização e proteção dos povos isolados e de recente contato que vivem no Acre, no vale do rio Javari (AM) e nos departamentos de Madre de Dios, Ucayali e Loreto, no Peru.

Ao longo deste ano, equipes binacionais especializadas no tema deverão realizar sobrevoos e expedições na mata nessas regiões, a fim de sistematizar informações que permitam compreender as dinâmicas territoriais desses povos, bem como as pressões externas e vulnerabilidades a que estão sujeitos.

O objetivo dessas e outras atividades é fortalecer tecnicamente as metodologias nacionais de proteção de povos isolados e de recente contato, além de proporcionar a discussão de protocolos adicionais de cooperação binacional no tema. A partir da troca periódica e constante de informações técnicas entre as instituições, projeta-se a coordenação de suas atividades de

CONT.



vigilância e conscientização de populações que vivem no entorno dos territórios desses povos, a fim de desenvolver planos de contingência conjuntos para atuação em situações de crises.

Agenda da FUNAI no Peru

As equipes da Funai e do Ministério da Cultura peruano reuniram-se no início da manhã para pactuar e definir as diretrizes do Plano de Trabalho por meio do qual será executada a cooperação.

Após a cerimônia de formalização da cooperação, a delegação da Funai reuniu-se com Vladimiro Huaroc, Alto Comissionado da Oficina Nacional de Diálogos Sociais e Sustentabilidade, órgão vinculado ao Conselho de Ministros do Peru e responsável pelo estabelecimento de processos de diálogos sociais sobre iniciativas de desenvolvimento, projetos e investimentos em diversos setores da economia.

De acordo com Huaroc, "o Estado peruano tem passado, nos últimos anos, por meio de um processo de diálogo sobre o aproveitamento de recursos naturais, especialmente na Amazônia, por uma transformação em sua maneira de lidar com as demandas sociais nesses contextos, buscando estabelecer acordos entre diferentes setores da sociedade".

Para que os investimentos possam ser compreendidos em outra perspectiva, sem pressa e com maior diálogo, o Alto Comissionado indicou alguns mecanismos que já funcionam na prática, mas que farão parte de um sistema nacional de prevenção e resolução de conflitos sociais, visando a uma mudança cultural para que o diálogo seja percebido de forma mais positiva pelos órgãos de governo, pelo setor empresarial e pelos movimentos sociais em geral, inclusive os movimentos indígenas.

Em seguida, a delegação da Funai, acompanhada de representante da Embaixada do Brasil no Peru, participou de um encontro multissetorial com representantes de outros órgãos e ministérios daquele país. A reunião foi organizada pela chancelaria peruana e possibilitou um espaço de intercâmbio de informações entre os dois países sobre a política indigenista. Na ocasião, a Funai dialogou com setores governamentais daquele país (tais como os de interculturalidade, direitos humanos, meio ambiente, saúde, justiça, mineração, energia e participação social) sobre ações de proteção e gestão ambiental de terras indígenas, povos indígenas transfronteiriços, saúde indígena, e empreendimentos na Amazônia e seus respectivos desdobramentos.

Ao fim da agenda de reuniões daquele dia, os representantes da Funai foram recebidos e saudados pelo Vice-Ministro de Relações Exteriores do Peru, Embaixador Fernando Rojas, que reafirmou a importância da cooperação entre os países para tratamento do assunto da proteção e promoção de povos isolados e de recente contato, em um processo de fortalecimento da agenda de cooperação bilateral em temas sociais.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

Estúdio ESA realiza aulas de Direito Militar, Indígena e Previdenciário

SÍTIO A CRÍTICA, 28.03.2014

A Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso do Sul (ESA/MS) realiza três cursos por meio do Estúdio ESA. São aulas online que abordam Direito Militar, Direito Indígena e Direito Previdenciário. O investimento é de R\$ 24,90 por aula.

O primeiro, Direito Militar, tratará de Noções Iniciais e Competência da Justiça Penal Militar. O assunto será ministrado pelo professor Marlon Ricardo.

A aula sobre Direito Indígena, apresentada pela professora Ana Patrícia Nassar, membro das Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB/MS, abordará a aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres indígenas.

A Nova Ação do FGTS será discutida na aula de Direito Previdenciário, apresentada pelo professor Rodrigo Medeiros. Todas as aulas acompanham o material didático. As inscrições podem ser feitas no site da ESA/MS (www.esams.org.br). Mais informações pelo telefone 67 3342 4000.



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

Processo Seletivo Indígena da UFRR conclui hoje suas isenções

SÍTIO BRASIL ESCOLA, 28.03.2014

Entrega de documentos também será finalizada. Resultado sai na próxima sexta-feira.

Termina nesta sexta-feira, 28 de março, o prazo para requisitar a isenção da taxa de inscrição do Vestibular Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR). O início foi na segunda-feira, 24, junto com o começo das inscrições.

O período para entregar a documentação comprobatória citada no item 4 do Manual do Candidato também acaba hoje. A entrega acontece na Comissão Permanente de Vestibular (CPV), localizada na Av. Enê Garcez, nº 2413, Bloco IV, Bairro Aeroporto, em Boa Vista.

Inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), professores voluntários e quem possui renda bruta familiar por pessoa igual ou inferior a um salário mínimo e meio e tenha cursado o Ensino Médio na rede pública ou com bolsa integral na particular pode fazer o pedido.

A lista de contemplados é esperada para a próxima sexta-feira, 4 de abril. As inscrições seguem até às 18h do dia 11 seguinte, com a taxa de R\$ 50. A oferta é de 189 vagas para ingresso no segundo semestre deste ano e no primeiro de 2015. Dúvidas podem ser esclarecidas através do telefone (95) 3621-3135 ou pelo e-mail cpv@ufrr.br.

Por Dayse Luan



Emater incentiva comercialização da produção Xipaya em Altamira

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 28.03.2014

Indígenas da etnia Xipaya, das aldeias Tukamã e Tukaya, localizadas no médio Rio Iriri, no município de Altamira, poderão ter acesso a políticas públicas do governo federal. Por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater), 35 famílias serão contempladas com o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), conforme levantamento técnico realizado por funcionários da empresa nas aldeias. A DAP credencia os índios aos benefícios dos programas.

A expectativa da Emater é que os indígenas acessem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para comercialização da castanha do Pará. A estratégia faz parte do programa de fortalecimento da cadeia da castanha dentro das aldeias.

A Emater e a Fundação Nacional do Índio (Funai) incentivam os indígenas na construção de um paiol para a secagem e armazenamento da castanha, a fim de melhorar a qualidade do produto, buscando a comercialização por um preço mais justo. Hoje, cada caixa de 20 quilos da amêndoa rende aos Xipaya R\$ 40,00 pagos pelo atravessador. "A nossa expectativa é trabalhar com a compra programada, evitar o atravessador e aumentar em pelo menos 22% o valor na comercialização", disse Júlio Albuquerque, técnico da Emater.

Outro trabalho da Emater junto aos indígenas é o incentivo do manejo dos castanhais nativos, fazendo a retirada dos cipós que estão sobre as castanheiras, que atrapalham a fotossíntese. A intenção é aumentar a produtividade das árvores. Para esse ano, a Emater estima que nas aldeias sejam coletadas pelo menos oito toneladas de castanha do Pará.

Iolanda Lopes

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Ossada humana é encontrada em aldeia indígena de Amambai

SÍTIO RESUMO DO MS, 28.03.2014

Uma ossada humana foi encontrada na tarde de ontem nas proximidades da aldeia indígena de Amambai. O fato foi registrado pela Polícia Civil do município como morte a esclarecer.

De acordo com os indígenas, os ossos foram localizados por um dos índios que andava pela área de mata que fica no entorno da aldeia. Ao ver os ossos, ele entrou em contato com a Polícia Civil do município.

Uma das indígenas, que mora na aldeia, acredita que os ossos sejam do filho, identificado como Jaime Benites, de 21 anos, pois perto do local foi encontrado um boné, que usado por ele. O rapaz está desaparecido há quase meses.

A ossada foi encaminhada para análise do exame necroscópico, para a identificação.



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

Encontro para levantar as demandas dos povos indígenas é realizado em Florianópolis
SÍTIO RIC MAIS, 28.03.2014

Um evento para levantar as demandas dos povos indígenas no Estado acontece nesta sexta-feira, na Secretária de Desenvolvimento Regional em Florianópolis.

Depois de Chapecó, Ibirama, Maravilha, e Joinville, as demandas dos povos indígenas vão ser discutidas na Capital.

A reunião terá a presença de lideranças indígenas, gerentes de desenvolvimento econômico, sustentável e agricultura, educação, saúde, e assistência social da regional, além de técnicos da secretaria da assistência social, trabalho e habitação. Florianópolis será a última cidade a sediar o encontro.

http://d.sambavideos.sambatech.com/account/314/1/2014-03-28/thumbnail/144f9fc82100c77eb84239460f0357cb/indiosmp4_853x480.jpg



Estado brasileiro é criticado na OEA por ainda usar lei de exceção da Ditadura Militar
SÍTIO BRASIL DE FATO, 28.03.2014

Estado brasileiro foi questionado sobre o uso de uma lei que marcou a Ditadura Militar e que, hoje, vem atropelando os direitos constitucionais, em especial de populações indígenas

por Justiça Global

Na semana em que o Brasil lembra os 50 anos do golpe de 1964, o Estado brasileiro foi questionado publicamente, nessa sexta-feira (28), na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (EUA), sobre o uso de uma lei que marcou a Ditadura Militar e que, hoje, vem atropelando os direitos constitucionais, em especial de populações indígenas e tradicionais e os relativos ao meio ambiente para defender grandes interesses econômicos.

Instados pelo governo e grandes empresas, presidentes de tribunais vêm lançando mão da chamada "suspensão de segurança", pela qual podem suspender unilateralmente decisões de instâncias inferiores diante de um suposto risco de "ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas". Em resumo, esse instrumento permite cassar decisões que esses presidentes julguem impertinentes, mesmo que elas não façam mais do que aplicar a lei em vigor no país. A suspensão de segurança foi usada, por exemplo, contra os direitos de comunidades afetadas pelas hidrelétricas de Belo Monte (PA) e do Teles Pires (MT) e pela estrada de ferro de Carajás (PA/MA).

O líder indígena Josias Munduruku (MT), Alaíde Silva, morador de Buriticupu (MA), município atravessado pela estrada de ferro de Carajás, e a juíza federal Célia Bernardes, da Associação Juízes pela Democracia, são alguns dos membros de organizações não governamentais e vítimas diretas da suspensão de segurança que estiveram na comissão para denunciar esse instrumento como um entulho autoritário e uma ameaça ao Estado de Direito no Brasil.

O pedido de audiência na OEA foi feito pela Justiça Global, Justiça nos Trilhos, Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA), International Rivers, Terra de Direitos e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

"Sofremos com as consequências das barragens que estão sendo construídas em cinco de nossos rios", lembrou Josias Munduruku. "O Ministério Público Federal apresentou uma ação na Justiça para parar as obras no Tapajós, mas o governo derruba tudo, usando a Suspensão de Segurança. As obras continuam. O governo não fez consulta previa aos índios", completou.

"Tudo isso está acontecendo com a ausência do Estado e de seus órgãos públicos, que concedem licenças sem respeitar as comunidades", disse Alaíde Silva.

"Com seus critérios amplos e subjetivos, a Suspensão de Segurança viola a Convenção Americana de Direitos Humanos e acaba com qualquer possibilidade de efetividade das



medidas judiciais adequadas para a salvaguarda dos direitos humanos no sistema jurídico brasileiro”, analisou, durante a audiência, Alexandre Sampaio, da Associação Interamericana de Defesa Ambiental (Aida). “A Suspensão de Segurança está em frontal violação dos direitos ao devido processo legal e acesso à justiça, em desacordo com os artigos 8 e 25 da Convenção Americana”, concluiu.

“A suspensão de segurança é uma grave permanência da Ditadura militar e impede que o Judiciário aja de forma independente e imparcial”, critica Eduardo Baker, advogado da Justiça Global. “Quando se trata de megaprojetos de desenvolvimento que estão diretamente ligados à política estatal de crescimento econômico, o sistema judicial brasileiro tem sido utilizado de maneira a não garantir, ou mesmo desconsiderar, os direitos das populações afetadas” acrescenta.

Saiba mais sobre a Suspensão de Segurança

A Suspensão de Segurança foi criada no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e depois reformulada e ampliada na ditadura militar (1964-1985). Entre seus usos mais notórios hoje, está a suspensão de decisões dos tribunais sobre a ilegalidade de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, rodovias e portos. Ela foi usada também no caso do complexo petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), contra os quilombolas da Restinga de Marambaia (RJ) e de Alcântara (MA) e na hidrelétrica de Barra Grande (SC).

Artigos da Constituição e tratados internacionais referendados pelo País têm sido descumpridos pelo uso desse instrumento. Um dos mais importantes deles é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com ela, qualquer medida administrativa ou empreendimento que afete territórios indígenas e tradicionais exige a consulta prévia, livre e informada às comunidades atingidas.



MPF quer suspender licença de usina por não consultar indígenas

SÍTIO ARAGUAIA DIGITAL, 28.03.2014

Fonte: Gazeta Digital

A pequena central hidrelétrica (PCH) Juína 117 prevista para ser construída no Rio Juína, entre os municípios de Campos de Júlio e Comodoro, região oeste de Mato Grosso, ainda nem saiu do papel e já enfrenta problemas judiciais. O Ministério Público Federal (MPF), em Cáceres (225 Km a oeste de Cuiabá) ingressou com uma ação civil pública na Justiça Federal com pedido de liminar para suspender o licenciamento ambiental concedido à usina. No processo, o MPF alega que o licenciamento é irregular porque foi concedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) sem a consulta prévia, livre e não informada aos povos indígenas.

Afirma ainda que não foi realizado o estudo de componente indígena (ECI), requisito do estudo de impacto ambiental (EIA) sempre que há possibilidade de uma obra causar impacto a comunidades indígenas. A ação tramita na Justiça Federal de Cáceres desde o dia 6 deste mês e ainda não há decisão no caso. A PCH Juína 117 está prevista para ser construída no rio Juína para ser gerenciada pela Trimec Construções e Terraplanagem Ltda.

No pedido de liminar, o MPF quer que o Estado suspensa imediatamente o processo de licenciamento da usina, sob pena de multa, até o julgamento do mérito da ação. Pede ainda no mérito, que seja declarado nulo o processo de licenciamento por ausência de consulta aos povos indígenas potencialmente afetados da Terra Indígena Nambikwara e por ausência do estudo do componente indígena e que declare a competência exclusiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) para analisar o pedido de licenciamento do empreendimento e não da Sema. Sustenta que é de competência do órgão federal avaliar os impactos de uma obra que atinge populações indígenas.

A procuradora da República, Letícia Carapeto Benrdt, destaca na ação que os indígenas afetados por obras precisam ser consultados antes da tomada de decisões, protegidos que são pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. O direito de serem consultados decorre da garantia de autodeterminação dos povos indígenas, ou seja, o direito desses povos de decidir seu modelo de desenvolvimento levando em consideração a proteção da sua integridade sociocultural. Além disso, a consulta garante o direito democrático de participação nas decisões que afetam diretamente essas populações tradicionais.

“O relatório de impacto ambiental feito pelo empreendedor não traz qualquer informação sobre a relação dos indígenas com o rio Juína, o que é inadmissível, na medida que o rio está ligado ao processo de subsistência das etnias que usam o rio para a pesca”, afirma a procuradora. Para o MPF, os procedimentos de consulta prévia tem que ser feitos antes de toda e qualquer decisão que possa interferir na vida dos povos afetados.

O nome da PCH é uma referência a sua localização a 117 quilômetros da foz (início) do rio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

Juína, que é um afluente pela margem esquerda do rio Juruena, que corre para o norte de Mato Grosso.



CDHM aprova requerimento de padre ton para verificar situação de povos indígenas do AM

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 18.11.2013

"Não podemos conviver com núcleos urbanos, como Santo Antônio do Matupi e Humaitá, contrários a nossa presença física e cultural. Nosso povo está sofrendo preconceito e discriminação. Não somos criminosos", relatou Ivanildo.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados aprovou ontem (26) 19 requerimentos apresentados por membros do colegiado, dois deles do deputado federal Padre Ton (PT-RO).

O deputado solicitou a ida ao Amazonas de integrantes da comissão para averiguar a situação dos povos indígenas Tenharin, Juahui, Parintin, Mura, Mura Pirahã, Miranha, Torá e Apurinã, que vivem onda de insegurança por causa do assassinato de três homens, ocorrido na rodovia Transamazônica, a 100 quilômetros da região de Humaitá, na reserva indígena Tenharim-Marmelos, no início do ano. A Polícia Federal prendeu cinco indígenas suspeitos de ter cometido o crime.

"Apresentei o Requerimento para a visita a pedido do vice-coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira, Nilcélio Jiahuí e do secretário de Assuntos Indígenas de Humaitá, Ivanildo Thenharin, que estão muito preocupados com a onda de violência e ódio aos povos indígenas após o desaparecimento e descoberta dos corpos de três pessoas", disse Padre Ton, coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

Ivanildo Thenharin relatou ao deputado Padre Ton ter "consciência" de que em sua região ocorreu um crime, ressaltando ter colaborado sempre com as autoridades para investigar inicialmente o desaparecimento e depois o assassinato e que a comunidade tem sido penalizada "diante da revolta" que o fato gerou.

"Não podemos conviver com núcleos urbanos, como Santo Antônio do Matupi e Humaitá, contrários a nossa presença física e cultural. Nosso povo está sofrendo preconceito e discriminação. Não somos criminosos", relatou Ivanildo.

Bahia

Já no Nordeste, especificamente no município Teixeira de Freitas, a CDHM deverá, a pedido do deputado Padre Ton, verificar o andamento das investigações sobre o assassinato a tiros do jornalista e ex-vereador Geolino Lopes Xavier, 44 anos, ocorrido em 27 de fevereiro.

Ainda não há data definida para a ida de parlamentares às regiões do Amazonas e Bahia.



Cidinho aponta 'abuso' em demarcação indígena

SÍTIO BRASIL 247, 28.03.2014

Segundo senador do PR-MT, Mato Grosso dispõe, atualmente, de 2,3 milhões de hectares de seu território para reservas indígenas, área equivalente ao estado de Alagoas; citando dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), ele afirmou que outros 110 milhões de hectares estariam em diferentes estágios de demarcação no país, área correspondente a 13% do território nacional

Agência Senado - O senador Cidinho Santos (PR-MT) criticou o que chamou de "abuso" na demarcação das terras indígenas. Segundo ele, Mato Grosso dispõe, atualmente, de 2,3 milhões de hectares de seu território para reservas indígenas, área equivalente ao estado de Alagoas.

Citando dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), o senador afirmou que outros 110 milhões de hectares estariam em diferentes estágios de demarcação no país, área correspondente a 13% do território nacional.

Ele disse que 7 mil pessoas aguardam ser assentadas em uma nova área, após serem retiradas à força da região de Suiá-Missu, há um ano e meio, para que o local, de 165 mil hectares, fosse ocupado por 928 índios Xavantes. Segundo o senador, pessoas se suicidaram ou adoeceram após perderem tudo.

Por isso, ele cobrou que seja seguida uma portaria da Advocacia-Geral da União com novos critérios para a demarcação de reservas indígenas, o que em sua avaliação preservaria os direitos de todos, e não apenas dos índios.

- Precisamos ter cuidado de governar para índios e também para não-índios. Só os xavantes hoje em Mato Grosso possuem 1 milhão e 500 mil hectares de terras para 17 mil índios. Em um levantamento feito, cada família xavante possui 25 mil hectares de terra. Será que isso não é suficiente para uma família viver?



Comandante da PM de Amambai se reúne com lideranças indígenas

SÍTIO A GAZETA NEWS, 28.03.2014

Bruno Martins

Na manhã da última quarta-feira, dia 26, lideranças indígenas e representantes da segurança pública de Amambai, estiveram reunidos da 3ª Companhia de Polícia de Amambai para tratarem de assuntos pertinentes as intensas ondas de crimes ocorridos no interior das aldeias.

Participaram da reunião, o comandante da 3ª CIPM de Amambai, Major Dominoni, o presidente do Conselho Municipal de Segurança, Rosinaldo dos Santos Mauricio, o capitão da Aldeia Limão Verde acompanhado de lideranças da comunidade.

Na ocasião foram discutidas as prováveis medidas a serem tomadas para controlar as ocorrências de crimes que tem aumentado consideravelmente na comunidade. Os números mostram que a criminalidade tem aumentado de forma acentuada no interior das áreas indígenas, muito se deve ao grande consumo de drogas por parte dos jovens que ali residem.

O resultado dessas ondas de violência são presídios repletos de detentos indígenas que na grande maioria das vezes são presos por tráfico de drogas ou então por problemas causados pelo uso do entorpecente.

Fonte: A Gazeta News



Acordo restringe espaço para comércio de artesanato por indígenas em Caxias
SÍTIO RÁDIO CAXIAS, 28.03.2014

A partir de um acordo firmado entre grupos de indígenas, poder público, Ministério Público Federal (MPF) e Funai, estão em vigor novos limites de espaço e de localização para o comércio de produtos artesanais efetuado por índios em Caxias do Sul.

O acordo que estipula limite máximo de quatro metros e meio de comprimento e um metro de largura para a venda de artesanato nas ruas centrais da cidade foi concretizado durante encontro realizado na última sexta-feira (21), na sede da Secretaria Municipal de Urbanismo.

O titular da pasta, Fábio Vanin, explica que cinco locais foram autorizados para o comércio praticado por indígenas. Em cada um desses pontos podem ficar até três famílias. Vanin ressalta que a prefeitura busca reforçar o diálogo com os índios para harmonizar os passeios públicos com o comércio.

Mais de 20 famílias atuam com a venda de produtos artesanais na cidade. Elas vão ser cadastradas junto à prefeitura nos próximos dias. A próxima reunião para tratar do assunto entre índios, prefeitura, Ministério Público e Funai ocorre em 09 de maio.

O comércio realizado por índios em Caxias ganhou destaque após a apreensão de seis mil produtos ilegais vendidos na Av. Júlio de Castilhos, em dezembro do ano passado. Na ocasião, os indígenas afirmaram que houve abordagem truculenta dos policiais militares que atuavam na operação, que foram hostilizados pela população que estava no local.



Vereador Aguilera reivindica cobertura das quadras esportivas nas escolas Indígenas
SÍTIO DOURADOS INFORMA, 28.03.2014

O vereador Aguilera de Souza (PSDC) se reuniu na semana passada com a secretária de Educação, Marinísia Mizoguchi, para reivindicar a reforma e cobertura das quadras poliesportivas situadas nas aldeias indígenas de Dourados.

Conforme Aguilera, as obras são uma reivindicação antiga tanto de professores como dos alunos e pais das aldeias Jaguapiru e Bororó, tendo em vista que as atividades físicas, bem como as aulas externas, ficam prejudicadas em períodos chuvosos ou de calor intenso.

Marinísia assegurou ao vereador que até o fim de 2014 as escolas devem começar a receber as obras e que até o fim do mandato do prefeito Murilo todas as escolas indígenas deverão contar com quadras poliesportivas cobertas. Atualmente, o município conta sete escolas municipais indígenas que atendem a comunidade de 13 mil habitantes.

Na sessão ordinária de terça-feira da Câmara, Aguilera comemorou o avanço e disse que está cumprindo seu dever de representar a comunidade indígena. "Estou feliz, como professor, como pai de aluno e como índio. Mesmo depois de tanto tempo a semente que nossa comunidade escolar plantou, lá em 2009, será colhida agora. Nós estamos trabalhando muito e temos a certeza de que estamos cumprindo o que a comunidade esperava ao eleger um vereador indígena", destacou.

Em 2009, quando era gerente de educação indígena de Dourados, Aguilera articulou o encontro "Povos Indígenas do Conesul" para discutir melhorias para a Educação da região, junto a Secretária de Educação Diversificada do Ministério da Educação, através do PAR (Plano de Ações Articuladas).

Na ocasião, foram cadastradas as obras de cobertura das quadras poliesportivas das escolas municipais indígenas Agustinho, Araporã, Ramão Martins, Pa'i Chiquito, Lacu'i Roque e Francisco Meireles. Além da adesão ao Programa "Caminhos da Escola" para aquisição de ônibus e bicicletas para transporte dos alunos, construção de bibliotecas, salas de informática e de uma unidade escolar na Aldeia Bororó e outra na aldeia Jaguapiru.



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

Polícia localiza ossada humana de indígena desaparecido há quatro meses em Amambai

SÍTIO DOURADOS INFORMA, 28.03.2014

Corpo foi identificado através de um boné encontrado junto aos restos mortais

Por: MS Record

Uma ossada humana foi localizada por indígenas na tarde desta quinta-feira (27) em Amambai, município distante 342 quilômetros da Capital. O corpo foi identificado por familiares como sendo de Jaime Benites, de 21 anos, que estava desaparecido há quatro meses.

De acordo com o registro policial, os restos mortais foram encontrados em meio a uma vegetação, dentro da aldeia indígena. Segundo testemunhas, uma mulher reconheceu o corpo através de um boné, que estava junto à ossada.

Conforme informações, Jaime residia na aldeia e estava desaparecido há aproximadamente quatro meses, quando teria saído de casa e nunca mais retornou.

O caso foi registrado como morte á esclarecer na Delegacia de Polícia de Amambai.



Boletim de Notícias - Edição nº 57./ 2014

Brasília, 28 de março de 2014.

Parceria garante atendimento à população indígena

SÍTIO PUC NOTÍCIAS/GO, 28.03.2014

O Programa de Educação e Cidadania (PEC), da Coordenação de Extensão (Cdex), ligados à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (Proex), da PUC Goiás, juntamente com o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da universidade, firmaram parceria com a Secretaria Estadual de Saúde de Goiás, na segunda-feira, 24, para atendimento à população indígena em Goiás dentro dos princípios da educação popular.

Participaram da reunião a coordenadora de Extensão, Janaína de Jesus e o articulador do PEC, Adilson Alves da Silva, além de representantes do IGPA e da Secretaria de Saúde. De acordo com Adilson, "na reunião houve um debate acerca da realidade dos indígenas no Estado, os quais precisam de uma atenção especial para a vida nas aldeias. Eles também têm muito a ensinar sobre tratamentos de doenças, conhecimento que passam de geração a geração".

Uma nova reunião foi marcada para o dia 10 de abril, às 8h30, no IGPA, para organizar um seminário que será realizado nos dias 9 e 10 de junho, com os povos indígenas em Goiânia. O objetivo é realizar um diagnóstico da realidade dos indígenas para, a partir dele, traçar um plano de ação conjunta.



Governo lança licitação para construir escolas em três aldeias indígenas de MS
SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 28.03.2014

A Secretaria de Estado de Educação publicou no Diário Oficial desta sexta-feira o lançamento de licitações para construção de seis escolas, sendo três delas em aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul. Os processos serão abertos nos dias 29 e 30 de abril.

Conforme os avisos publicados, ao todo são 12 lotes. Os vencedores serão aqueles que apresentarem os menores preços para execução dos projetos.

Serão construídas escolas nas aldeias Porto Lindo, em Japorã; Lalima, em Miranda; e Sassoro, em Tacuru. Cada unidade terá seis salas de aula, além de quadra de esportes coberta.

As outras três escolas serão construídas no Residencial Dioclécio Artuzi, em Dourados; no assentamento Santo Antônio, em Itaquiraí; e na Cidade dos Meninos, em Campo Grande. Cada uma destas unidades terá 14 salas de aula, também com quadra esportiva coberta.

(Com informações Midiamax)



Vale Universidade Indígena realiza entrevistas com pré-selecionados

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 28.03.2014

O Programa Vale Universidade Indígena (PVUI) está realizando entrevistas com os candidatos pré-selecionados no processo seletivo 2014 desde o dia 26 de março. Após a fase de entrega de documentos, realização de entrevistas e visitas domiciliares aos candidatos pré-selecionados, será realizada a divulgação da seleção final com os nomes dos acadêmicos efetivamente beneficiados.

PVUI

O programa é voltado exclusivamente aos acadêmicos indígenas matriculados em curso de graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), e que ainda não possuem graduação em um curso superior.

O PVUI é de grande importância para acadêmicos indígenas, pois com o benefício social e a realização das atividades, esses podem desenvolver sua capacidade profissional e se dedicar aos estudos ainda mais.

O acadêmico habilitado no Programa Vale Universidade Indígena receberá o benefício social no valor de 300,00 (trezentos reais) mensais e auxílio para transporte até o local de execução das atividades no valor de 46,00 (quarenta e seis reais) mensais.

Estágio

O beneficiado realizará atividades complementares de 12 horas semanais, em órgãos e entidades da administração pública estadual, municipal ou organizações não governamentais, para aprimorar a sua formação profissional com a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, contribuindo para o reflexo do processo educativo no fortalecimento das culturas e comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul.



SEPPIR lança Edital para implementação do Sistema de Promoção da Igualdade Racial
SÍTIO SEPPIR, 28.03.2014

Propostas podem ser inseridas no Siconv até 25 de abril de 2014, com foco no fortalecimento institucional e apoio a políticas voltadas para a juventude negra

SEPPIR – Visando à implementação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade (Sinapir), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), lançou ontem (27/03) a Chamada Pública Nº 01/2014. Até 25 de abril, Estados e Municípios poderão apresentar propostas pelo Sistema de Convênios do Governo Federal (www.convenios.gov.br).

As propostas deverão contemplar duas áreas temáticas: Fortalecimento institucional de Órgãos, Conselhos, Ouvidorias Permanentes e Fóruns voltados para a Promoção da Igualdade Racial; e Apoio às políticas transversais e de ações afirmativas voltadas à juventude negra. Para a primeira área temática serão disponibilizados R\$ 2.746.398,00, divididos em recursos de capital e custeio. Para a segunda área temática, serão disponibilizados R\$ 400.000,00, exclusivamente para custeio.

Estados e Municípios deverão atentar para a necessidade de que todas as propostas estejam em conformidade com o “Manual de Orientação para Celebração de Convênios com Entidades Públicas”, disponibilizado pela SEPPIR/PR no Portal dos Convênios (www.convenios.gov.br). As propostas serão avaliadas segundo a qualidade técnica e a situação social da população negra da localidade onde a ação será implementada. A previsão é de que no dia 11 de junho todas as propostas já tenham sido avaliadas, possibilitando a celebração dos convênios.

Segundo a Assessora de Assuntos Federativos da SEPPIR, Eunice Léa Moraes, o objetivo da chamada é a descentralização, o fortalecimento, a integração e a ampliação das políticas públicas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial no Brasil. “Esse Edital representa um importante passo para o fortalecimento da institucionalidade das políticas públicas destinadas à superação das desigualdades étnico-raciais no país”.

Os entes federados que já aderiram ao Sinapir terão pontuação adicional em suas propostas, conforme previsto na Portaria SEPPIR/PR nº 8, de fevereiro de 2014, que regulamenta os procedimentos para a adesão dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao Sistema. A portaria traz ainda orientações e documentos necessários para o ingresso no Sinapir e define as modalidades de gestão para os participantes: Gestão Plena – somatório da pontuação obtida, multiplicado por 3; Gestão Intermediária – somatório da pontuação obtida, multiplicado por 2; Gestão Básica – somatório da pontuação obtida, multiplicado por 1,5.



Sancionada lei que dificulta fechamento de escolas rurais e quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.03.2014

A presidenta Dilma Rousseff sancionou lei que dificulta o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas. A Lei 12.960, de 27 de março, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo – como os conselhos municipais de Educação – do sistema de ensino para o fechamento desse tipo de escola. A lei foi publicada hoje (28) no Diário Oficial da União.

Além de exigir que o órgão normativo opine sobre o fechamento da unidade de ensino nessas áreas, a lei estabelece que a comunidade escolar deverá ser ouvida e a Secretaria de Educação do estado deverá justificar a necessidade de encerramento das atividades da escola.

O projeto é de autoria do Executivo e ao justificar a proposta o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, destacou que nos últimos cinco anos foram fechadas mais de 13 mil escolas do campo. Segundo ele, decisões tomadas sem consulta causam transtornos à população rural que deixa de ser atendida ou passa a demandar serviços de transporte escolar.

Em fevereiro, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ocuparam o saguão da portaria principal do Ministério da Educação por duas horas para protestar contra o fechamento de escolas no campo.



Rio de Janeiro tem nova lei de cotas para negros e índios em concursos públicos
SÍTIO EXTRA, 28.03.2014

Diana Figueiredo

O prefeito Eduardo Paes sancionou o projeto de lei, de autoria do próprio Poder Executivo, que garante a reserva de 20% das vagas dos concursos públicos municipais para negros e índios. A nova legislação é igual à anterior, de 2012, que havia sido declarada inconstitucional em 23 de janeiro deste ano pelo O Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ-RJ). O problema com a lei foi ela ter sido fruto da iniciativa de um vereador, e não da prefeitura. Agora, com a sanção da Lei nº 5.695 a reserva para os cotistas está garantida, e novos editais de concurso poderão ser divulgados.

Confira a íntegra da nova lei de cotas do município do Rio:

LEI Nº 5.695 DE 27 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a reserva de cargos e empregos para negros e índios nos concursos públicos para provimento de cargos e empregos integrantes dos quadros permanentes de pessoal da administração direta e indireta do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reservado aos negros e índios o percentual correspondente a vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento dos cargos e empregos públicos dos quadros permanentes de pessoal da administração direta e indireta do Município do Rio de Janeiro.

§ 1º O quantitativo de vagas reservadas constará expressamente do edital do concurso.

§ 2º Se na apuração do número de vagas a ser reservado, resultar número decimal igual ou maior do que meio, será adotado o número inteiro imediatamente superior; e, se menor do que meio, será adotado o número inteiro imediatamente inferior.

Art. 2º Os destinatários desta Lei concorrerão à totalidade das vagas existentes, sendo vedado restringir-lhes o acesso às vagas reservadas.

Art. 3º O candidato deverá declarar expressamente a condição de negro ou índio no ato da inscrição, vedada a declaração em momento posterior.

CONT.



§ 1º A declaração é facultativa, ficando o candidato submetido à regras gerais estabelecidas no edital do concurso caso não a faça no ato de inscrição.

§ 2º Detectada a falsidade da declaração a que se refere este artigo, o candidato será eliminado do concurso e terá o ato de admissão anulado, caso tenha sido nomeado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 4º O destinatário desta Lei deverá atingir a nota mínima estabelecida para todos os candidatos e atender integralmente aos demais itens e condições especificados no edital do certame.

Art. 5º Nos concursos em que haja vagas reservadas, o resultado deverá ser publicado em duas listagens, a primeira contendo a pontuação de todos os candidatos, incluindo os que atendam as condições específicas previstas nesta Lei; e a segunda somente a pontuação destes últimos.

Parágrafo único. No caso de desistência por parte de candidato negro ou índio aprovado, a vaga será preenchida por outro candidato negro ou índio, respeitada a ordem de classificação da lista específica.

Art. 6º As vagas reservadas e não preenchidas serão revertidas para os demais candidatos, obedecida a ordem de classificação.

Art. 7º O sistema de cotas previsto nesta Lei vigorará por dez anos, cabendo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social promover o acompanhamento permanente dos seus resultados.

Art. 8º Os provimentos decorrentes de editais de concursos públicos homologados com base na Lei nº 5.401, de 14 de maio de 2012, respeitarão o percentual de vagas vinculadas à reserva de cotas para negros e índios daquela Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.



Índios libertam funcionários da Funai em aldeia em Paragominas, no PA
SÍTIO G1, 28.03.2014

*Seis funcionários da Funai e Sesai estavam sob cárcere privado há 4 dias.
Reunião coordenada pelo MPF irá discutir reivindicações de indígenas.*

Do G1 PA

Foram libertados na manhã desta sexta-feira (28) os seis servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que estavam sendo mantidos sob cárcere privado há quatro dias por índios tembé, tekoha e outras 13 etnias na aldeia Cajueiro, localizada próxima a Paragominas, no sudeste paraense.
saiba mais

De acordo com Valdeci Tembê, coordenador técnico da Funai no município, a liberação ocorreu após negociação dos caciques com o Ministério Público Federal (MPF) no fim da tarde da última quinta-feira (27). Durante o encontro, foi firmada uma reunião com representantes da Fundação e da Sesai para o próximo dia 3 de abril, quando serão discutidas as reivindicações dos indígenas.

A atitude dos índios foi motivada pela falta de remédios nas aldeias do alto rio Guamá. Eles dizem que a medicação específica para os indígenas está sendo comprada por eles próprios porque a Sesai não tem enviado os remédios.



Morte de bebê indígena por falta de UTI é investigada pela polícia em MT
SÍTIO G1, 28.03.2014

*Polícia Civil apura o caso como suspeita de homicídio culposo.
Juiz havia determinado transferência para UTI, mas decisão foi descumprida.*

Pollyana Araújo

A Polícia Civil abriu inquérito para apurar as circunstâncias da morte de uma menina indígena de dois meses em Barra do Garças, a 516 km de Cuiabá. Ela aguardava vaga em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal quando faleceu no dia 4 deste mês. A Justiça já tinha determinado a transferência dele em uma UTI aérea para uma unidade hospitalar de Cuiabá, porém, a decisão teria sido descumprida e, por conta da demora, o bebê da etnia Xavante não resistiu.

O caso é investigado pela polícia como suspeita de homicídio culposo - quando não há intenção de matar - e desobediência, já que a decisão judicial determinando a disponibilização de um leito de UTI havia sido descumprida. Segundo a Polícia Civil, serão ouvidas testemunhas, entre elas a assistente social que acompanhava a criança no hospital e os médicos que a atenderam.

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) informou ao G1 que a morte do bebê também está sendo apurada pela pasta, bem como os motivos pelo qual ele não foi transferido para uma UTI em Cuiabá e o atendimento prestado à menina no período em que estava internada no Pronto-Socorro de Barra do Garças.

A criança nasceu no dia 20 de janeiro deste ano em um hospital de Cuiabá e ficou internada na UTI dessa unidade até o dia 13 do mês passado, quando teve alta, de acordo com o Ministério Público Estadual (MPE), autor da ação civil pública. Depois de menos de duas semanas em casa, sofreu uma parada cardíaca e voltou a ser internada, no Pronto-Socorro de Barra do Garças.

O estado de saúde dela era gravíssimo e, diante disso, o MPE ingressou com ação pedindo em caráter liminar a transferência da criança para uma UTI em Cuiabá. No mesmo dia, conforme o MPE, o juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Barra do Garças, Michael Lotfi Rocha da Silva, concedeu liminar em favor da internação da menina e deu o prazo de 24 horas para que o estado o fizesse.

Contudo, a decisão não foi cumprida e a criança sofreu uma segunda parada cardíaca. Depois de duas semanas internada no Pronto-Socorro do município, o bebê não resistiu e faleceu. O MPE também investiga o caso na esfera administrativa para a responsabilização dos envolvidos no caso por ato de improbidade administrativa, inclusive do secretário estadual de Saúde e servidores da Central de Regulação, responsáveis pelo controle das vagas nas unidades públicas de saúde.